

## **Considerações e Indicativos para a Assembleia Geral Nacional de 30/08/2012**

Após mais de um ano e meio de negociação, o governo apresentou na tarde deste dia 29 de agosto uma proposta de último momento ao Sinait e ao Sindifisco Nacional, exigindo uma resposta até as 15 horas do dia 30, como mais uma forma de pressionar os Auditores-Fiscais a aceitar os seus termos.

Esta nova proposta, além de reiterar o índice de reajuste de 15,8% no subsídio, a ser pago em três parcelas, sendo a primeira em janeiro de 2013, a segunda em janeiro de 2014 e a última em janeiro de 2015, apresenta uma reestruturação da tabela remuneratória que não atende nossa reivindicação de redução para 6 (seis) padrões. (Vide tabela abaixo).

A proposta não apresenta nenhuma novidade, sendo idêntica à já apresentada e rejeitada por 90,7% da nossa categoria.

Tentando então dobrar a vontade já expressa pela categoria o governo camuflou essa nova proposta remanejando valores entre os padrões, prejudicando a grande maioria dos Auditores-Fiscais. Tal proposta é discriminatória e cria divisão dentro da categoria, e sequer repõe as perdas inflacionárias desde 2008, quando houve o último reajuste salarial.

A assinatura de um acordo nos termos apresentados impedirá a busca de novos avanços até 2016 e comprometerá a luta para que nossa remuneração atinja o patamar de 90,25% do Ministro do STF, como já ocorre para diversos fiscos estaduais, ou seja se o Sinait assinar o acordo vai ficar impedido de continuar buscando melhores reajustes nos próximos anos para todos os AFT ativos e aposentados.

Notícias recentes dão conta que muitas carreiras, hoje em greve, estão assinando os acordos propostos pelo governo. O Sinait tem consciência que estaremos prosseguindo na luta, juntos com nossos colegas Auditores-Fiscais da Receita, porque nossas reivindicações são justas e, assim, conclama a que todos os Auditores-Fiscais se unam neste momento crucial para o futuro da categoria, pois só assim teremos força para avançar.

É chegado o momento de demonstrar que não nos dobraremos às medidas autoritárias e de pressão do governo, nem ao modo truculento com que vem tratando os servidores públicos.

Temos que partir da premissa de que a rejeição de 90,7% foi uma expressiva demonstração de altivez da categoria dos Auditores-Fiscais do Trabalho e não podemos, agora mudar nosso posicionamento diante de uma proposta falaciosa do governo.

Além do mais, aceitar o índice oferecido pelo governo é abrir mão da inflação passada e nos indexar a um índice (5%) que sabidamente não recomporá sequer a inflação futura, com uma perda inaceitável no período.

O Comando de Mobilização do Sinait teve a preocupação de analisar os números constantes da tabela proposta e destacamos que:

1. NÃO HOUVE ALTERAÇÃO NA PROPOSTA GLOBAL DE 15,8% PARA OS ANOS DE 2013, 2014 E 2015, JÁ REJEITADA PELA CATEGORIA;
2. NÃO ATENDEU A REIVINDICAÇÃO DA CATEGORIA NO SENTIDO DE REDUZIR OS PADRÕES ENTRE AS CLASSES DE 13 PARA 6;
3. A TABELA APRESENTADA PELO GOVERNO APONTA QUE CERCA DE 6.500 AUDITORES-FISCAIS (TRABALHO E RECEITA) RECEBERIAM REAJUSTE MENOR QUE 5%, INFERIOR, PORTANTO, À PROPOSTA ANTERIOR;
4. 29. 875 AUDITORES-FISCAIS (TRABALHO E RECEITA) RECEBERIAM SOMENTE 5% EM 2013, 2014, 2015;
5. A TABELA APRESENTA TRATAMENTO DISCRIMINATÓRIO ENTRE OS AUDITORES COM PERCENTUAIS DE REAJUSTES DIFERENCIADOS DE 1%; 3%; 4,5%; 5%; 7,2% e 15,2%; AO LONGO DOS 3 ANOS (2013, 2014, 2015);
6. A TABELA IMPEDE QUALQUER TIPO DE NEGOCIAÇÃO ATÉ 2015 COM REFLEXOS PARA 2016;
7. MANTÉM A ÚLTIMA PARCELA PARA APÓS A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2014;

**NÃO ACEITAREMOS NOS CALAR POR TÃO POUCO !**

DIANTE DISSO OS AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO SÓ TEM UMA RESPOSTA A DAR À PROPOSTA DO GOVERNO: **REJEIÇÃO.**